

A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade

EDMUNDO CAMPOS COELHO*

1. Introdução; 2. Marginalidade, criminalidade e tamanho urbano; 3. Ecologia urbana — distribuição da marginalidade e da criminalidade; 4. O perfil sócio-econômico do marginal e do criminoso; 5. A causalidade problemática: uma revisão de premissas; 6. Conclusão.

1. Introdução

Coube-me, nesta coletânea de trabalhos, desenvolver o tema da marginalidade, violência e criminalidade nas áreas urbanas. Creio estar interpretando corretamente os propósitos do editor deste volume ao restringir o enfoque a certas manifestações mais convencionais da violência e da criminalidade urbanas. Neste sentido, não faremos referência à violência e ao crime políticos, à violência coletiva em qualquer de suas formas (por exemplo, vandalismos e linchamentos), nem ao suicídio como tipo particular de violência individual. De maneira mais específica, o tópico deste artigo é a chamada *violência das ruas* (assaltos a mão armada, latrocínio), o homicídio doloso e as lesões corporais dolosas. É certo que todos estes eventos constituem crimes no sentido legal do termo, mas o grau de violência de que eles se revestem distingue-os de outras formas de comportamento criminoso, tais como o roubo, o furto e as diversas contravenções. Em conjunto, são estas as ocorrências responsáveis pelo clima generalizado de medo e insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos, as quais estão normalmente associadas à marginalidade, tanto na concepção de vastas camadas da população urbana, quanto nas análises que, direta ou indiretamente, informam o conteúdo de políticas públicas.

* Mestre em sociologia pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, para a qual prepara no momento tese de doutorado; professor e pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Apesar desta redução no escopo do trabalho, as dificuldades ainda são consideráveis. Ao contrário da marginalidade, sobre a qual já existe no Brasil vasta literatura, a criminalidade ainda não surgiu como tema para a produção acadêmica ou como objeto específico de políticas. Talvez porque a comunidade acadêmica considere a criminalidade uma consequência da marginalidade, e dê prioridade à causa sobre a consequência no elenco de suas preocupações. Por outro lado, para o poder público a criminalidade parece ser um problema de polícia, não para políticas. A este nível, parece ter também vigência o mesmo esquema de causalidade: à polícia, os efeitos; aos formuladores de políticas, as causas (geralmente identificadas com a marginalidade).

A despeito do volume de informações empíricas que lhe dão suporte, este esquema de causalidade é questionável. Mais precisamente, a associação entre marginalidade e criminalidade é espúria em grau nada desprezível, assim como a maior parte das evidências empíricas carecem de validade. O nódulo da questão não é, entretanto, a natureza das evidências. Antecede-lhe o caráter problemático da moldura conceitual, que informa a coleta e interpretação dos dados, tanto ao nível do conhecimento vulgar e não-especializado, quanto ao da produção de informações científicas, técnicas e administrativas.

O foco e o escopo deste artigo ficam assim circunscritos ao questionamento da relação causal entre marginalidade e criminalidade urbanas.

2. Marginalidade, criminalidade e tamanho urbano

A conceituação do que seja a marginalidade e a identificação da população marginal pode suscitar — e freqüentemente suscita — sérias disputas entre os especialistas. Na verdade, a mera opção pelo termo *marginalidade* já sugere conotações teóricas, normativas ou ideológicas. Mas, independentemente das sutilezas semânticas, o referente empírico dos termos é geralmente o mesmo: a população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. A operacionalização destes termos está também sujeita a controvérsias. Por exemplo, existem faixas de pobreza, e os critérios para demarcação de seus limites não são consensuais, da mesma forma que não há muito acordo quanto ao número necessário de horas semanais de trabalho para que um indivíduo não seja considerado em situação de subemprego. A despeito destas dificuldades adicionais, o que parece certo é que quaisquer que sejam os indicadores utilizados, a correlação entre desemprego, subemprego e pobreza será alta. Isto significa que qualquer destes três fatores pode ser utilizado como *proxy* de marginalidade sem que disso resultem distorções sérias de análise. Passemos agora ao essencial.

O que faz da marginalidade um fenômeno urbano é o número absoluto de marginais que vivem nas cidades. Embora não constituam proporção muito alta das populações urbanas, como é freqüentemente o caso nas áreas rurais, os marginais urbanos formam massa crítica de grande magni-

tude. Para exemplificar apenas com o desemprego, taxas superiores a 3% representam um contingente de mais de um milhão de indivíduos no Brasil.¹ Além disso, a incidência do desemprego aberto não é o elemento de maior participação relativa na composição do contingente marginal. Admitindo-se que renda familiar abaixo de um salário mínimo mensal defina o nível de pobreza crítica, a média brasileira para centros urbanos com população acima de 50 mil habitantes pode estar em torno de 36,5%.²

Ao associarmos marginalidade a tamanho urbano pode-se esperar que desemprego, subemprego e pobreza tenham comportamento diverso. A concentração do emprego nos centros metropolitanos regionais e nos seus anéis circundantes, onde se localizam as cidades de portes médio e grande, sugere que o grau relativo de subutilização da mão-de-obra urbana diminui à medida que decresce o tamanho urbano; os contingentes de subempregados tendem a se deslocar para as metrópoles regionais e para os seus anéis urbanos. Mas, dado que nos centros urbanos maiores a renda média é mais alta, a pobreza relativa decresce com o aumento do tamanho urbano (quadro 1).

Quadro 1

Brasil: pobreza absoluta¹ e tamanho urbano — 1970

(%)

Tamanho urbano (1.000 hab.)	1 SM	2 SM	(Cr\$/mês) Renda ²
50 — 100	44,9	64,0	281,0
100 — 250	44,2	64,1	340,4
250 — 500	39,3	61,5	408,5
500 — 2.000	45,3	68,0	355,3
Mais de 2.000	29,2	57,6	410,1

Fonte: Tolosa, Hamilton C. *Política Urbana e Redistribuição da Renda. Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 7, v. 1, abr. 1977, p. 82.

¹ Percentagem da PEA recebendo menos que a linha de pobreza estabelecida ao nível de um (1 SM) e dois (2 SM) salários mínimos mensais, vigentes de maio de 1970 a abril de 1971.

² Renda média da PEA urbana, medida em cruzeiros de 1970 por mês.

¹ Goodman, David E. & Oliveira, Daniel R. *Desemprego urbano no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, n. 7, v. 3, p. 551-80, dez. 1977.

² Média encontrada para 95 cidades com população acima de 50 mil habitantes, e cinco áreas metropolitanas. Veja Tolosa, Hamilton C. *Subutilização e mobilidade da mão-de-obra urbana*. In: Barat, Josef, ed. *Política de desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. p. 23-85.

Note-se, contudo, que o nível médio de renda nada informa sobre a distribuição da renda, da mesma forma que o nível agregado de emprego nada diz sobre a estrutura do mercado. Via de regra, as desigualdades de renda se tornam mais pronunciadas à medida que cresce o tamanho urbano, e os mercados de trabalho mais reduzidos e restritivos para os pobres. Em síntese, e apesar dos níveis de renda e emprego mais elevados, a pobreza está mais concentrada nos grandes centros urbanos. Entretanto, fatores como localização geográfica das cidades são importantes para qualificar estas proposições gerais.³

Quanto à criminalidade, numerosos estudos e estatísticas oficiais de diferentes países comprovam seu caráter urbano.⁴ Mas observe-se que este não é um fenômeno unitário; rigorosamente não há crime, mas crimes com etiologia diversa e com incidência variável segundo a área (quadro 2).

Quadro 2

Estados Unidos: taxas de crime por áreas — 1958

(cem mil habitantes)

Crimes	Áreas metro- politanas	Outras cidades	Área rural
Homicídios	4,6	3,3	6,0
Estupro	9,8	4,1	7,4
Assalto com violência	62,5	15,9	12,4
Tentativa de homicídio e lesão corporal	79,9	41,6	43,9
Roubo (residências, estabelecimentos)	486,3	311,5	205,0
Furto (acima de US\$50 em valor)	296,2	157,1	91,0
Roubo de veículos	215,7	98,9	42,1
Total	1.155	632,6	407,9

Fonte: Kaplan, Sidney J. *The geography of crime*. In: Roucek, J. S. ed. *Sociology of crime*. New York, Philosophical Library, 1961. p. 180.

O que chama atenção no quadro 2 é o fato de as áreas rurais superarem as metropolitanas com relação às taxas de homicídio doloso, e as demais áreas urbanas no que diz respeito a estupro, tentativas de homicídio e lesões

³ Ver Tolosa, Hamilton C. op. cit., sobre a pobreza e subemprego nas áreas metropolitanas, veja Lodder, Celsius A. *Distribuição de renda nas áreas metropolitanas*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

⁴ Sobre alguns estudos internacionais, veja o capítulo 3 de Clinard, Marshall B. *Sociology of deviant behavior*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.

corporais graves. A conclusão geral, a que tem levado o exame de estatísticas semelhantes, é de que os chamados *crimes contra a pessoa* estão mais associados com as áreas rurais, sucedendo o inverso com os *crimes contra a propriedade*. Esta tendência não prejudica, todavia, a associação positiva entre as taxas de *crimes violentos* e tamanho urbano (quadro 3).

Quadro 3

Estados Unidos: crimes violentos por tamanho urbano — 1960-72*

(cem mil habitantes)

	Menos de 10.000 hab.	10.000 a 25.000	25.000 a 50.000	50.000 a 100.000	100.000 a 250.000	Mais de 250.000
1960	47,7	57,3	70,1	104,4	154,0	293,7
1962	42,2	56,4	69,5	102,7	162,6	361,9
1964	56,7	70,4	91,5	129,9	223,3	393,7
1966	86,8	101,5	128,1	160,3	261,9	505,1
1968	111,4	126,6	150,8	220,5	325,3	773,2
1970	141,4	159,2	214,4	273,5	450,3	980,4
1972	203,8	199,8	267,3	322,5	502,3	998,6

Fonte: Executive Office of the President .Office of Management and Budget. *Social Indicators*, 1973. Washington, U. S. Government Printing Office, p. 65.

* Homicídio, estupro, assalto violento, tentativa de homicídio e lesões corporais.

É particularmente notável o fato de que na classe inferior de tamanho urbano (2.500 habitantes a menos de 10.000) as razões têm aumentado em ritmo mais acelerado do que em qualquer outra classe, e há evidências de que o hiato se torna mais pronunciado com relação aos crimes contra a propriedade.

Para o Brasil, a inexistência de estatísticas sobre a criminalidade, e a insuficiência do pouco que ainda se pode coletar, não permitem mais do que indicações apenas sugestivas sobre a distribuição do crime pelas áreas rural e urbana. Uma aproximação muito imperfeita consistiria, por exemplo, em ordenar as regiões brasileiras segundo suas posições relativas nos seguintes atributos: proporção da população urbana em várias classes de tamanho urbano e número de condenados em instituições prisionais por cem mil habitantes da população total.⁵ O quadro 4 mostra os coeficientes de correlação ordinal (*Spearman*) entre os ordenamentos.

⁵ As regiões são as apresentadas nas Tabulações Avançadas do Censo de 1970, excluindo-se a do Paraná, por faltar a informação sobre a população prisional.

Quadro 4

Número de presidiários¹ e população urbana em classes de tamanho urbano:² correlação de ordem (Spearman) para nove regiões brasileiras

	Menos de 20.000 hab.	Mais de 500.000	Mais de 20.000 a 50.000	Mais de 50.000 a 100.000	Mais de 100.000 a 200.000	Mais de 200.000 a 500.000	Mais de 500.000
Contra a pessoa	-0,10	-0,25	0,50	0,38	0,07	0,12	-0,38
Contra o patrimônio	-0,70	0,42	-0,17	-0,13	0,03	0,03	0,37
Todas as causas	-0,68	0,44	-0,13	-0,23	-0,02	0,12	0,29

¹ Presidiários por 100 mil habitantes e por causas da condenação, 1971. Dados do *Anuário estatístico do Brasil*, 1973.

² População de 1970. Dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. A primeira e segunda colunas: população urbana nas classes indicadas/população urbana total; demais colunas: população nas classes indicadas/população em cidades de 20 mil ou mais habitantes.

Considerando-se a precariedade dos dados, é surpreendente que ainda assim tenha sido possível revelar a tendência de que as áreas rurais (ou as menos urbanizadas) não se associem com os crimes contra a propriedade, e que os centros urbanos maiores não se associem com os crimes contra a pessoa. Esta tendência ressalta particularmente quando se compara os extremos do contínuo de tamanho urbano. Por outro lado, o emprego de um indicador mais corrente na literatura especializada (número de prisões efetuadas por cem mil habitantes da população total) apenas confirma a tendência de que a criminalidade esteja mais fortemente associada com os centros urbanos maiores (quadro 5).⁶

3. Ecologia urbana — distribuição da marginalidade e da criminalidade

Os estudos de ecologia urbana estão entre os que mais avançaram no conhecimento da estrutura espacial interna das cidades, aí incluídos os padrões de distribuição residencial dos diversos grupos sócio-econômicos. Neste particular, tornou-se clássica a hipótese das *zonas concêntricas*, de Burgess, e a questão de sua generalidade serviu como estímulo para a análise ecológica de cidades dentro e fora dos Estados Unidos.⁷

No que diz respeito às cidades americanas, os estudos revelaram uma acentuada regularidade nos padrões locais de residência das várias classes sócio-econômicas. Um dos seus aspectos é a concentração das camadas de renda mais baixa nas cidades centrais das áreas metropolitanas (quadro 6).

Quando, todavia, se examina a localização residencial dos pobres acima do nível de subsistência, a concentração é menos acentuada, e a dispersão aumenta com os níveis de renda. Um segundo aspecto é a concentração da pobreza nas zonas centrais das cidades, o que especifica a tese da associação negativa entre centralidade e *status* sócio-econômico.⁸ Estes dois aspectos, característicos da ecologia das cidades americanas, têm estado associados a mudanças no uso do solo urbano e ao movimento das populações de renda mais elevada em direção à periferia das cidades.

A ecologia das cidades latino-americanas tem pouca semelhança com o padrão norte-americano, inclusive revertendo o sinal da associação entre centralidade e *status* sócio-econômico.⁹ As zonas centrais aparecem histo-

⁶ Mencione-se que nas classes de tamanho maior a população urbana está concentrada em um número reduzido de cidades, qualquer que seja a região.

⁷ Uma excelente coletânea destes estudos está em Schwirian, Kent P. ed. *Comparative urban structure: studies in the ecology of cities*. Lexington, D. C. Heath and Company, 1974.

⁸ Duncan, Otis D. & Duncan, Beverly. Residential distribution and occupational stratification. *American Journal of Sociology*, n. 60, p. 493-503, mar. 1955.

⁹ Para a revisão de alguns estudos ver Schnore, Leo F. On the spatial structure of cities in the two Americas. In: Hauser, Philip M. & Schnore, Leo F., ed. *The study of urbanization*. New York, J. Wiley & Sons, 1965. p. 347-98.

Quadro 5

Número de detenções¹ e população urbana em classes de tamanho urbano:² correlação de ordem (Spearman) para nove regiões brasileiras

Menos de 20.000 hab.	Mais de 500.000	Mais de 20.000 a 50.000	Mais de 50.000 a 100.000	Mais de 100.000 a 200.000	Mais de 200.000 a 500.000	Mais de 500.000
-0,80	0,40	-0,32	-0,32	-0,20	0,23	0,30

¹ Detenções por 100 mil habitantes, 1971. Dados do *Anuário estatístico do Brasil*, 1973.

² Ver quadro 4.

Quadro 6

Estados Unidos: pessoas com renda abaixo do mínimo de subsistência — 1959-71

(milhões de pessoas)*

Áreas Metropolitanas

	Total	Cidades centrais	Subúrbios da Periferia
1959	17,0 (15,3)	10,4 (18,3)	6,6 (12,2)
1967	13,8 (10,9)	8,6 (15,0)	5,2 (7,5)
1968	12,9 (10,0)	7,8 (13,4)	5,1 (7,3)
1969	12,3 (9,5)	7,8 (13,4)	4,6 (6,3)
1970	13,4 (10,2)	8,2 (14,3)	5,2 (7,1)

Fonte: Executive Office of the President. Office of management and Budget. *Social Indicators*, 1973. Washington, U. S. Government Printing Office, p. 185.

* Percentagens entre parênteses.

ricamente como locais de residência das classes mais altas, concentrando-se a pobreza na periferia urbana. Apesar de sua ocorrência freqüente, sobretudo nos países latino-americanos de língua espanhola, este padrão é mais genérico e parece ser uma característica da ecologia das cidades *pré-industriais* do passado e do presente.¹⁰ Neste sentido, algumas investigações procuram verificar a hipótese de que o padrão ecológico das cidades é função tanto do nível de desenvolvimento dos países quanto do tamanho das cidades, de tal forma que em nações em vias de desenvolvimento as cidades primazes tendem a se aproximar do padrão americano.¹¹ Efetivamente, a

¹⁰ Sjöberg, Gideon. *The preindustrial city: past and present*. Glencoe, Free Press, 1960.

¹¹ Schwirian, Kent P. & Smith, Ruth K. Primacy, modernization, and urban structure: the ecology of Puerto Rican cities. In: Schwirian, Kent P., ed. op. cit. p. 324-38.

convergência entre centralidade e *status* sócio-econômico mais elevado parece estar-se reduzindo nos principais núcleos urbanos da América Latina, mas o grau de segregação residencial ainda é baixo.

De caso para caso, as diferenças são suficientemente significativas para justificar cautela na adoção de qualquer modelo, e a ecologia da cidade do Rio de Janeiro bem exemplifica esta norma. A zona adjacente ao centro comercial e que o circunda (Lapa, Glória, Mangue, Gamboa e partes do Catete e São Cristóvão), área residencial de camadas de *status* sócio-econômico alto até princípios deste século, sofreu o mesmo processo de esvaziamento, deterioração e ocupação típico das zonas de transição adjacentes aos *central business districts* das cidades norte-americanas. O deslocamento das populações de renda mais elevada deu-se no sentido dos sítios mais aprazíveis da Zona Sul, e os subúrbios periféricos (subúrbios da Central e rurais) tornaram-se área residencial das classes de renda mais baixa. A Zona Norte (Tijuca, Grajaú, Andaraí e Vila Isabel) é tida como predominantemente de classe média.¹² Mas qualquer descrição da ecologia do Rio de Janeiro comporta ampla margem de inexatidão. Basta lembrar que a Zona Sul, a despeito de seu *status*, abriga a maior percentagem da população economicamente ativa com rendimentos inferiores a um salário mínimo, ou que o Méier se encontra numa zona suburbana pobre embora concentre uma população de nível de renda relativamente alto.

Quanto à *ecologia do crime*, é impressionante o número de investigações que consistentemente indicam as zonas centrais das cidades norte-americanas (principalmente a zona de transição adjacente ao centro de negócios) como as áreas que abrigam a maior parcela dos criminosos identificados pela polícia, a maior parcela de delinquentes e a maior incidência de crimes de todos os tipos.¹³ Neste sentido, a distribuição espacial da pobreza dentro das cidades coincide sistematicamente com a da criminalidade. Na América Latina, um estudo da delinqüência na cidade de Córdoba, Argentina, revelou que a distribuição espacial das residências dos delinquentes coincide com a das residências das camadas mais pobres da população: ambas convergem para as áreas mais deterioradas da cidade.¹⁴ Para o Rio de Janeiro, um exame de 1.185 casos processados no Juizado de Menores resultou na seguinte distribuição:¹⁵

¹² Para uma descrição algo impressionista da ecologia carioca veja Soares, Maria Therezinha de Segadas. *Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, p. 387-92. jul./set., 1965.

¹³ Clinard, Marshal B., op. cit., p. 314-18; Schmid, Calvin F. *Urban crime areas: part II*. *American Sociological Review*, n. 25, p. 655-78, Oct. 1960.

¹⁴ Defleur, Louis B. *Ecological variables in the cross-cultural study of delinquency*. *Social Forces*, n. 45, p. 556-70, June 1967.

¹⁵ Figueira, Josefina. *Menores infratores da Guanabara: 1964-1971*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, maio 1973.

Quadro 7

Delinquentes por zona de residência e infrações por zona de ocorrência

Zonas	Delinquentes		Infrações
	%	(*)	%
Centro	12,8	55,5	15,2
Sul	16,3	31,0	15,5
Norte	13,0	21,0	12,5
Suburbana norte	14,3	37,0	11,4
Suburbana da Central	25,0	15,7	24,5
Suburbana rural	18,7	15,4	20,9
Total	100,0 (953)		100,0 (1.015)

Ponte: Figueira, Josefina. *Menores infratores da Guanabara: 1964-1971*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, maio 1973. v. 2, p. 42.

* Número de delinquentes por 10 mil habitantes na classe de 10 a 14 anos de idade.

A distribuição percentual dos delinquentes por região de residência reflete exatamente o ordenamento destas regiões segundo a magnitude de suas populações: as mais populosas contribuem com percentuais mais altos de delinquentes. Neste aspecto, destacam-se os subúrbios da Central (regiões administrativas do Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira e Anchieta) e os da Zona Rural (Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz). Entretanto, quando se controla pelo tamanho da população na faixa etária relevante, obtém-se um quadro diverso.¹⁶ A zona central (Porto, Centro, Rio Comprido e Santa Teresa) destaca-se das demais, seguida pelos subúrbios da Zona Norte (Ramos, Penha e Ilha do Governador). Independentemente da medida utilizada, a Zona Sul (Botafogo, Copacabana e Lagoa) é a terceira área de maior delinquência. A correlação de ordem (*Spearman*) entre a primeira e a segunda colunas é de $-0,77$, o que significa que chegaremos a inferências exatamente opostas sobre o índice de delinquência das áreas utilizando uma ou outra das duas medidas. A correlação é alta e positiva ($0,77$) entre a primeira e terceira colunas, o que explica em parte a descoberta de que os delinquentes tendem a cometer as infrações na própria área onde residem ou em suas imediações.

¹⁶ Utilizamos a faixa etária 10-14 anos, uma vez que o Censo de 1970 não informa sobre a classe 10-17 anos, que seria a mais adequada.

No que diz respeito às zonas de residência dos criminosos adultos, as únicas fontes disponíveis de dados são os relatórios anuais da Superintendência do Sistema Penitenciário da ex-Guanabara (atual Desipe), onde a informação é dada por bairros (quadro 8).

Quadro 8

População presidiária¹ e população adulta² da cidade do Rio de Janeiro, por zonas de residência

Zonas	População presidiária		População da cidade
	%	(*)	%
Centro	16,9	1.355,7	7,3
Sul	11,4	365,0	18,4
Norte	12,4	455,8	16,1
Suburbana norte	7,1	544,8	7,7
Suburbana da Central	24,7	461,2	31,5
Suburbana rural	18,6	575,0	19,0
Total	100,0 (14.823)		100,0 (2.520.031)

Fonte: Susipe. *Relatório anual*, 1972; FIBGE, Censo Demográfico da Guanabara, 1970.

¹ Percentagens calculadas sobre o total de casos para os quais foi possível identificar a zona à qual pertenciam os bairros de residência.

² População com 20 anos de idade ou mais.

* Presidiários por 10 mil habitantes, com 20 anos de idade ou mais.

Tal como no quadro anterior, são novamente as zonas periféricas as que mais contribuem proporcionalmente para a composição da massa presidiária. Mas a comparação entre as duas colunas do quadro mostra que a população adulta (20 anos de idade ou mais) de todas as zonas está sub-representada na população presidiária, exceto a zona centro.

A falta de informações a respeito de como se distribui a marginalidade pelo espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, torna-se problemático extrair conclusões com base nestes dados. Tentamos associar estas distribuições com outras relativas a grau de instrução, população favelada, serviços de infra-estrutura urbana (esgoto e abastecimento d'água) e pobreza (renda inferior a um salário mínimo), mas os coeficientes ordinais foram

muito baixos. O mais provável, entretanto, é que a fragilidade dos dados tenha cancelado as associações. A sua desagregação por unidades menores (bairros, por exemplo) provavelmente revelaria a existência de associações.

4. O perfil socio-econômico do marginal e do criminoso

Mesmo quando as análises de ecologia revelam associações altas entre criminalidade e marginalidade urbanas, os estudiosos do fenômeno já estão suficientemente alertados contra a falácia ecológica que consiste em inferir das propriedades do agregado populacional as propriedades dos indivíduos que o compõem. Mas as informações disponíveis mostram, todavia, que também ao nível individual os atributos da criminalidade e da marginalidade tendem a convergir.

Para exemplificar com a amostra carioca de delinquentes, em 63% dos casos para os quais havia a informação, o pai percebia rendimentos inferiores ou iguais a um salário mínimo, e em 47% o pai exercia ocupações não-especializadas. Apenas 24% dos delinquentes da amostra tinham nível de instrução acima do primário completo (37% com apenas o primário incompleto). Aproximadamente 35% dos delinquentes habitavam em barracos, quartos ou não tinham residência.

A comparação dos níveis de instrução da população presidiária com os da cidade do Rio de Janeiro é também instrutiva. De 1972, 80% dos presidiários tinham apenas instrução primária (completa e incompleta), contra 47,4% da população adulta (20 anos ou mais de idade) da cidade; em 1970 menos de 1% dos detentos havia chegado à universidade (curso superior completo ou incompleto), contra 6% da população adulta do Rio de Janeiro.

Ainda segundo os dados da Susipe, aproximadamente 51% da população presidiária eram compostos de artesãos e trabalhadores não-especializados (excluídos os trabalhadores na indústria, que formavam, em 1972, 14% da massa presidiária).

É importante salientar que em qualquer estágio do processamento da criminalidade obtêm-se resultados idênticos. De 1942 a 1967 é, em média, de 75% a produção dos indivíduos com instrução primária indiciados em inquéritos policiais. Não é ilegítimo supor-se que nas etapas seguintes do processamento atue um mecanismo de filtragem, que resulta numa proporção mais elevada de indivíduos com instrução primária nas últimas fases (condenação e reclusão).¹⁷

Estes dados são suficientes para dar suporte à crença corrente de que a grande maioria dos criminosos (ou suspeitos de crimes) são marginais. E o perfil dos marginais torna-se dispensável já que não se cometeu ainda a temeridade de afirmar que a maioria dos marginais é criminoso.

¹⁷ Brasil, Ministério da Justiça, Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. *Crimes e contravenções (ex-Distrito Federal): 1942-59*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1970. A última série para o Rio de Janeiro foi publicada em 1972 e cobre os anos de 1966-1967.

5. A causalidade problemática: uma revisão de premissas

Até aqui adotamos a concepção convencional que associa a marginalidade à criminalidade, e apresentamos tantas evidências quanto nos foi possível coletar, com o propósito de dar-lhe alguma base empírica. Creio que, no essencial, a qualidade desigual dos dados não prejudicou a argumentação.

É certo que permanecem sem resposta as questões a que supostamente deveríamos responder. Afinal de contas, por que é mais alta a incidência da criminalidade nas áreas urbanas? Por que ela cresce com o tamanho urbano? O que explica a convergência das distribuições locais da marginalidade e da criminalidade dentro do espaço das cidades? Por que os criminosos são geralmente marginais? Na medida em que admitimos que tais questões derivam de um enfoque socialmente contaminado sobre a criminalidade, elas perdem importância. O próprio enfoque passa a ser a questão relevante.

Tome-se, para começar, a suposta existência da associação entre criminalidade e urbanidade. Como explicá-la? As respostas têm-se inspirado basicamente na linha teórica que, retomando e refinando a clássica formulação de Wirth sobre o *urbanismo como modo de vida*, enfatiza o debilitamento dos mecanismos sociais de controle do comportamento individual, a crescente impessoalidade dos contatos interpessoais no contexto das grandes cidades, o anonimato propiciado pelo sistema social urbano, e todas as conseqüentes manifestações de anomia individual. Mas esta linha teórica serve para explicar tanto a criminalidade quanto qualquer outra forma genérica de comportamento desviante, tais como suicídios, homossexualismo, alcoolismo etc. Ademais, se estas características da vida urbana afetam indistintamente indivíduos em qualquer classe sócio-econômica, as taxas de criminalidade deveriam ser aproximadamente iguais em todas elas. Isto é, todas as classes deveriam contribuir para a criminalidade na proporção (aproximada) de seus contingentes individuais.

Não surpreende, pois, que ao tentar dar conta da criminalidade, especificamente, estas formulações tenham de postular como uma das conseqüências da operação do sistema urbano a elaboração de uma subcultura geradora da criminalidade.¹⁸ É assim que essas teorias terminam por não serem teorias sobre a criminalidade urbana, mas teorias sobre a criminalidade do marginal urbano via postulação de uma subcultura marginal.¹⁹ Não é a pobreza em si que gera a criminalidade (pois, afinal de contas, as áreas rurais são mais pobres), mas a densidade da pobreza ao permitir a elaboração da subcultura marginal.

Os estudos de ecologia urbana foram particularmente estimulantes dessa vertente teórica ao identificarem quantitativamente os restritos espaços da cidade para onde convergiam a marginalidade e a criminalidade. Apontaram

¹⁸ Fischer, Claude S. Toward a subcultural theory of urbanism. *American Journal of Sociology*, n. 80, p. 1.319-41, May 1975.

¹⁹ Miller, Walter B. Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency: *Journal of Social Issues*, n. 14, p. 5-19, Summer, 1958.

assim o universo de onde saíam sucessivas amostras para *surveys*, a área natural para o estudo e observação *in loco*, e para a seleção de casos analisáveis de história de vida. Mas todos os estudos baseados nessas amostras e casos traziam um vício de origem.

Este vício consistia em que as próprias análises ecológicas eram (e ainda são) tendenciosas, por se apoiarem em estatísticas oficiais sobre a criminalidade. São dois os tipos básicos de estatísticas oficiais: os *crimes conhecidos da polícia* (queixas registradas, denúncias ou ocorrências comunicadas aos órgãos policiais) e *prisões efetuadas*. E ambas têm reduzido grau de validade.

Sabe-se que as estatísticas oficiais refletem a propensão diferenciada das diversas camadas sociais em registrar queixas relativas a certos crimes, ou em comunicar ocorrências criminosas. Assaltos sexuais, por exemplo, raramente são levados ao conhecimento da polícia, sobretudo quando a vítima e/ou o agressor são de classe média ou alta. O mesmo ocorre com sedução, raramente vista como crime nas classes de *status* sócio-econômico mais alto. Nestes segmentos sociais, também ocorrências como furto, roubo e agressão física grave são tratados privativamente, sem envolvimento policial. Sendo estas ocorrências definidas legalmente como crimes, presume-se daí que as estatísticas oficiais subestimam por ampla margem a criminalidade nas classes média e alta.

Mas as estatísticas refletem também as vicissitudes da organização policial, e entre as mais óbvias está sua capacidade operacional. Mas as chamadas cruzadas morais contra certos tipos de crimes, pressões políticas ou da opinião pública, todas sempre circunstanciais e muitas vezes efêmeras, podem provocar maior atividade repressiva dos órgãos policiais e elevar periodicamente as taxas oficiais de criminalidade.²⁰ Sabe-se, por outro lado, que taxas diferentes por tipos de crime podem ser resultado da aplicação sistemática de certas práticas na atividade policial: por exemplo, mais detenções por infrações menos graves como forma de detectar crimes mais graves, por meio da *colaboração espontânea* de alguns detidos.²¹ Ademais, fatores como o grau de deferência do queixoso com a autoridade policial, o grau de seu relacionamento com o suposto infrator, sua preferência por um tratamento mais formal ou informal de sua queixa ou seu *status* sócio-econômico afetam as probabilidades de que uma queixa ou ocorrência seja oficialmente registrada e figure posteriormente nas estatísticas oficiais.²² Também os estereótipos que os policiais têm do criminoso ou do infrator contumaz das leis constituem referências importantes para sua atuação; e como os indivíduos de *status* sócio-econômico baixo são aqueles que mais se

²⁰ DeFleur, Louis B. Biasing influences on drug arrests records: implications for deviance research. *American Sociological Review*, n. 40, p. 88-104, Feb. 1975.

²¹ Britt, David W. & Tittle, Charles R. Crime rates and police behavior. *Social Forces*, n. 54, p. 441-51, Dec. 1975.

²² Black, D. J. Production of crime rates. *American Sociological Review*, n. 35, p. 733-48, Aug. 1975.

ajustam a estes estereótipos, são eles que constituem os *alvos* por excelência da ação policial, seja esta o mero uso da violência ou a detenção.²³

As referências a fatores que contaminam irremediavelmente as estatísticas oficiais sobre criminalidade (mas que, sobretudo, introduzem um elevado teor de discriminação no tratamento das classes sócio-econômicas baixas) poderiam ser triplicadas. São tão numerosos estes fatores, e a natureza discriminatória de grande parte deles é tão evidente, que já se afirma que as estatísticas oficiais constituem a definição cultural do que seja crime; esta definição é utilizada para diferenciar o criminoso *oficial* de tantos outros que violam a lei sem se tornarem *legalmente* criminosos, embora o comportamento de ambos seja o mesmo.²⁴

A contaminação social das estatísticas oficiais não se restringe às informações sobre *crimes conhecidos* ou *prisões efetuadas*. Dados relativos às etapas subseqüentes de funcionamento do sistema criminal padecem dos mesmos vícios (e assim, por exemplo, os quadros 7 e 8 deste trabalho). Inúmeras pesquisas têm produzido evidências de que as probabilidades de um indivíduo receber tratamento discriminatório mais severo em qualquer destas etapas não são distribuídas aleatoriamente. Um desses estudos mostra que o estereótipo do homicida (o termo correto seria assassino) como um indivíduo habituado à violência, à agressão física por questões triviais, à vida familiar desorganizada e à racionalização da violência, afeta de maneira significativa as decisões dos tribunais criminais, sobretudo quando este estereótipo vem recoberto sob a forma de diagnóstico clínico para orientação do processo; e como o estereótipo combina atributos de raça e classe social, são maiores as probabilidades de que indivíduos de cor ou de *status* sócio-econômico baixo sejam enquadrados no estereótipo e sofram tratamento discriminatório mais severo.²⁵ Em outros casos, a severidade dos tribunais dependerá de se o indivíduo foi ou não mantido em prisão à espera de julgamento; um período prévio de detenção constitui fator negativo pois supõe a presunção de periculosidade, embora o fator relevante seja freqüentemente a falta de recursos para depositar fiança ou para contratar defesa competente.²⁶ Aparências estereotipadas influem na detenção e julgamento de pessoas envolvidas em pequenos furtos em estabelecimentos comerciais, e estereótipos faciais de homicidas, assaltantes e traidores foram identificados como fatores que influenciam as decisões do júri.²⁷

²³ Westley, William A. Violence and the police. *American Journal of Sociology*, n. 59, p. 34-41, May 1953; Piliavin, Irving & Briar, Scott. Police encounters with juveniles. *American Journal of Sociology*, n. 70, p. 206-14, Sept. 1964.

²⁴ Kitsuse, John I. & Cicourel, Aaron V. A note on the uses of official statistics. *Social Problems*, n. 11, p. 131-9, Fall 1963.

²⁵ Swigert, Victoria Lynn & Farrel, Ronald A. Normal homicides and the law. *American Sociological Review*, n. 42, p. 16-32, Feb. 1977.

²⁶ Bernstein, Ilene Nagel et alii. Societal reaction to deviants: the case of criminal defendants. *American Sociological Review*, n. 42, p. 743-55, Oct. 1977.

²⁷ Steffensmeier, Darrel J. & Terry, Robert M. Deviance and respectability. *Social Forces*, n. 51, p. 417-26, June 1973; Shoemaker, Donald J. et alii. Facial stereotypes of deviants and judgments of guilt or innocence. *Social Forces*, n. 51, p. 427-33, June 1973.

É certo que em tudo isso não há discriminação aberta; mas se a decisão de discriminar ocorre no contexto de justificação dos estereótipos e ideologias sobre o crime, o criminoso e a punição, a autoridade envolvida terá mais liberdade para fazê-lo.

Um número crescente de pesquisadores tem concluído que, em vista do alto teor de contaminação das estatísticas oficiais, nenhuma hipótese que associe criminalidade a qualquer fator (aí incluído principalmente *status* sócio-econômico) pode ser testada com base nesses dados. A seleção dos casos para estudo deve ser feita independentemente do sistema oficial. Sobre tudo na área da delinquência tem havido recurso cada vez mais freqüente a amostras nacionais de jovens, representativas de todas as camadas sócio-econômicas, ou a entrevistas com amostras de delinquentes com base em desenhos de investigação especialmente elaborados para este propósito. A comparação das informações coletadas através destas entrevistas com os prontuários policiais e os resultados das amostras nacionais têm produzido descobertas surpreendentes quando confrontadas com as de estudos mais convencionais. Como era de se esperar, revelam que a extensão da *delinquência encoberta* — infrações cometidas e não detectadas pela polícia — é considerável, mas, sobretudo, que são os jovens de *status* sócio-econômico mais alto que violam as leis mais freqüentemente e com maior gravidade; na pior das hipóteses, o resultado dessas investigações mostram que não existem diferenças significativas entre as classes no que diz respeito à incidência da delinquência.²⁸ O que ocorre, e está refletido nas estatísticas oficiais, é que as pessoas de classe mais baixa não possuem as *imunidades* institucionais das de classe média e alta, e por isso têm mais probabilidades de serem detectadas, detidas, processadas e condenadas.

Apesar de tudo isso, a etiologia do crime continua ocupando o centro da literatura especializada. Por que os criminosos são como são? Por que não procedem como pessoas *normais*? O que há de errado com eles? E ao fazerem tais perguntas, os estudiosos do tema aceitam a premissa de que há algo qualitativamente diferente nos atos que violam a lei, ou as pessoas que os cometem. Mas as questões que realmente interessam, e que vão ao cerne do problema, raramente ocorrem aos especialistas. Por que um mesmo comportamento pode ser uma infração quando cometido por certas classes de pessoas, mas não quando cometido por outras? Quais são os mecanismos e processos sociais pelos quais certos comportamento são considerados criminosos no sentido legal, mas não outros?

Tome-se, como exemplo, o furto, o roubo ou a fraude que são comportamentos legalmente definidos como crimes nos códigos penais. Uma definição operacional destes crimes poderia ser a seguinte: "A transferência de bens ou direitos de uma pessoa para outra, sem o pleno conhecimento

²⁸ Nye, Ivan F. et alii. Socioeconomic status and delinquent behavior. *American Journal of Sociology*, n. 63, p. 318-89, Jan. 1958; Maynard, Erickson L. Group violations, socioeconomic status and official delinquency. *Social Forces*, n. 52, p. 41-52, Sept. 1973; Williams, Jay R. & Gold, Martin. From delinquent behavior to official delinquency. *Social Problems*, n. 20, p. 209-29, Fall 1972.

e consentimento da primeira."²⁹ Esta definição cobre, na verdade, inúmeros outros comportamentos que são *objetivamente* idênticos ao roubo, ao furto e à fraude, mas que não são crimes no sentido legal. Esta é a razão pela qual Sutherland questionou a validade de teorias criminais correntes por não incluírem os chamados crimes *white collar* como objetos de estudo.³⁰ Os crimes *white collar* são realmente crimes, e constituem efetivas violações da lei; e a única coisa que os distingue dos crimes convencionais (crimes como o roubo) é que não estão capitulados nos códigos penais. Em suma, a lei os considera como comportamentos *ilegais*, mas não como comportamentos *criminosos*. As pessoas que os cometem não são normalmente presas por policiais uniformizados, raramente são processadas nos tribunais criminais, e com toda probabilidade não vão para a prisão. Isto é, não estão sujeitas aos rituais de degradação pelos quais passam os criminosos convencionais. Entretanto, afirma Sutherland, os crimes *white collar* não deixam de ser crimes apenas porque recebem nome diferente, ou porque a eles se aplica um processo diferente de administração da lei.

Ainda assim, por qual razão estes crimes *white collar* são tratados como casos civis, fugindo ao enquadramento nos códigos penais? São vários os fatores aduzidos por Sutherland: são crimes cometidos por pessoas da mais alta respeitabilidade e *status* social (empresários, médicos, diretores de banco etc.) no exercício de suas ocupações. Os responsáveis pela elaboração e aplicação das leis receiam antagonizar os homens de negócio; existe homogeneidade cultural entre legisladores, juízes e empresários em geral (pertencem ou participam de um mesmo universo moral); existe entre os legisladores a crença de que estes respeitáveis cidadãos não reincidirão se lhes for aplicada uma legislação apenas amena e, finalmente, homens de negócios, médicos e outras categorias de prestígio simplesmente não se enquadram no estereótipo do criminoso.

Muitos dos crimes *white collar* são também complexos e seus efeitos muito difusos. As violações da lei cometidas por empresários de grandes corporações, no exercício de suas funções, muitas vezes só podem ser detectadas por pessoas bastante familiarizadas com a área de negócios, ou com a própria ocupação empresarial (geralmente, outros empresários). Seja como for, não assumem a forma de agressões diretas de uma pessoa contra outra, como nos casos de assalto a mão armada. Têm um caráter menos dramático, não despertam a atenção da opinião pública, e não têm uma vítima particular individualizada (embora causem custos sociais e financeiros incommensuravelmente superiores aos dos milhares de pequenos furtos e roubos que constituem a criminalidade oficial).

Este atributo particular dos crimes *white collar* chama a atenção para o fato de que todo comportamento que tem uma forma desaprovada, tem também formas *objetivamente idênticas* que produzem ou aprovação, ou

²⁹ A respeito dessa definição, veja Chapman, Dennis. *Sociology and the stereotype of the criminal*. London, Tavistock Publications, 1968.

³⁰ Sutherland, Edwin H. *White collar crime*. New York, Rinehart and Winston, 1961.

reações apenas neutras. Mas estas formas não estão distribuídas igualmente entre os estratos sociais; isto é, a escolha de uma delas está estruturalmente condicionada. Os que cometem o furto ou o roubo convencional certamente escapariam da justiça criminal se tivessem acesso a meios simbólicos (letras de câmbio, promissórias, papéis negociáveis) e aos processos de sua manipulação a fim de transferir para si os bens ou direitos de outras pessoas *sem o pleno conhecimento ou consentimento delas*. Os meios legais ou legítimos para a prática de atos ilegais ou ilegítimos são, entretanto, distribuídos seguindo a linha das divisões sócio-econômicas: o acesso a eles e o conhecimento de sua operação requer um capital humano considerável (nível de instrução elevado, ocupações de prestígio e altamente especializadas, período relativamente longo de aprendizagem etc.). Em síntese, embora cometam atos *objetivamente* idênticos, ao marginal caberá as formas desaprovadas do comportamento; aos indivíduos de *status* elevado, as formas aprovadas ou neutras.

A questão da forma e da aprovação (reação) social e legal é tão importante que explica, entre outras coisas, o fato de indivíduos que cometem atos (criminosos) objetivamente idênticos terem autoconcepções diferentes, ou noções díspares a respeito do ato cometido. Tome-se como exemplo o seguinte trecho de entrevista com um alto executivo da indústria de bebidas: "Nós violamos as leis todos os dias. E se você (o entrevistador) pensa que à noite vou deitar-me preocupado com isso, então você está louco. Todos violam a lei. E de qualquer forma, as leis que regulam a produção, distribuição e venda de bebidas são insanas."⁸¹ Este executivo não se julga um criminoso, e se as suas atividades ou ações ilegais fossem detectadas também a lei não o trataria como criminoso. O estereótipo não lhe cabe bem, e a forma adotada de comportamento não estimula respostas negativas. De forma genérica, empresários, médicos, advogados, juizes, políticos e outras categorias de *status* semelhante acham-se protegidas do estigma que acompanha o rótulo de criminoso.

6. Conclusão

Não sei se ainda existe nas leis brasileiras sobre contravenções penais um artigo que defina da seguinte forma a contravenção da vadiagem: "Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita."

Obviamente, o artigo penaliza (e estigmatiza) indivíduos das camadas mais baixas da população; os que estão desempregados ainda que procurem emprego; os que se dedicam a atividades no mercado informal de trabalho (ocupações *ilícitas*, como as de biscateiro ou assemelhados que não rendem tributos ao Estado); e uma considerável massa de jovens que procura

⁸¹ Denzin, Norman K. Notes on the criminogenic hypothesis: a case study of the American liquor industry. *American Sociological Review*, n. 42, p. 905-20, Dec. 1977.

entrar pela primeira vez no mercado de trabalho. Também penaliza emigrantes pobres que não conseguem vencer a burocracia estatal para aquisição da carteira de trabalho. Quanto aos indivíduos de renda elevada, a estes, por disporem de recursos, permite-se a ociosidade. Na faixa de idade de 18 a 21 anos, a percentagem média da população indiciada por vadiagem foi de aproximadamente 23% no período 1942-1967; esta média sobe para 50% se ampliarmos a faixa até os 25 anos de idade.³² Este é o exemplo mais patente do processo de *criminalização da marginalidade*. Mas, em geral, ele é bem menos visível.

O processo todo consiste numa avaliação social de indivíduos em várias categorias sócio-econômicas, e na subsequente atribuição de *status* a estes indivíduos ou classes de indivíduos. Trata-se de um processo de categorização de pessoas em termos de certas características (negativa ou positiva). E, neste processo, o que importa menos é o que as pessoas fazem ou deixam de fazer, mas o que a *audiência* faz a elas ou *para* elas (a resposta social). Por essa forma são criados vários papéis sociais.

O que define um papel social é o fato de a certos tipos sociais atribuímos maiores probabilidades de desempenhar certos papéis, mas não outros; e a estes tipos sociais imputamos classes limitadas de comportamento. Assim, papéis sociais são *roteiros típicos* que atribuem a certas classes de comportamento a probabilidade (provável, possível, improvável, impossível) de que ocorram em conjunção com tipos particulares de atores sociais. Se estas probabilidades se frustram (se ocorre a disjunção entre o comportamento típico ou previsto no *roteiro* e o tipo social que deveria desempenhá-lo), o sistema social (a audiência) não saberá como responder à atuação. Isto raramente ocorre porque a sociedade dispõe de mecanismos de controle suficientemente eficientes para forçar tipos sociais a desempenharem previsivelmente seus *roteiros típicos*.³³

Uma analogia com os roteiros escritos para teatro pode esclarecer estes pontos. No teatro, um roteiro especifica ações e palavras para os papéis, mas não quem deverá desempenhar o papel; na sociedade, inversamente, o que é especificado é o tipo social que desempenhará o papel, pois as ações são atributos do tipo (do ator típico) e dele decorrerão previsivelmente.

As leis constituem mecanismos sociais pelos quais probabilidades teóricas da forma acima mencionada tornam-se probabilidades empíricas. Os legisladores criam o crime ao elaborar leis cuja infração constitui *comportamento criminoso*; estas leis são criadas ou elaboradas de tal forma que a probabilidade teórica de serem violadas por certos tipos sociais coincidam com as probabilidades imputadas a certos *roteiros típicos*.

Neste sentido, a *marginalização da criminalidade* consiste em imputar a certas classes de comportamento probabilidades teóricas elevadas de que

³² Brasil. op. cit.

³³ Sobre o conceito de *roteiro típico* e comportamento desviante, veja Harris, Anthony R. Sex and theories of deviance. *American Journal of Sociology*, n. 42, p. 3-16, Feb. 1977.

ocorram em conjunção com o *tipo marginal*. E a forma pela qual as leis são formuladas e administradas introduz o elemento da *profecia que se auto-realiza*. Isto é, são criados os mecanismos e procedimentos legais pelos quais se tornam altas as probabilidades empíricas de que os marginais cometam crimes (no sentido legal) e sejam penalizados em consequência (ou, inversamente, reduzem-se as probabilidades empíricas de que grupos de *status* sócio-econômico alto cometam crimes, ou sejam penalizados por suas ações ilegais). Por essa forma, dá-se a *criminalização da marginalidade*.

Mas, seja no caso da *marginalização da criminalidade* ou no da *criminalização da marginalidade*, pouco importam os comportamentos efetivos. Em outros termos, não importa muito o que o marginal realmente faz ou deixa de fazer, pois do momento em que ele é estigmatizado como um criminoso em potencial começam a ser acionados os mecanismos legais (polícia, tribunais, júris e autoridades penitenciárias) que farão com que a profecia se auto-realize. E quando o marginal efetivamente comete o crime, este deve ser tratado apenas como uma das variáveis que explicam a criminalização da marginalidade, não como o fenômeno a ser explicado.

Evidentemente, o conteúdo político de todos estes mecanismos é ineludível, embora tais mecanismos se tornem mais explícitos no conteúdo das leis criminais e na administração da justiça ainda que a justiça seja, neste contexto, pouco mais que uma figura de retórica). Creio por isso que a associação que geralmente se estabelece entre marginalidade e criminalidade seja muito mais uma reação ou resposta política à marginalidade do que uma preocupação social com as causas da criminalidade. O sistema de dominação de umas classes sobre outras não pode dispensar os *roteiros típicos*, nem permitir que sejam desempenhados aleatoriamente por qualquer tipo social. Por isso, as leis são formuladas por determinadas classes e não por outras.

No caso da marginalidade, quando sua associação com a criminalidade vem recoberta pelo verniz da erudição dos técnicos e especialistas (sobretudo dos que trabalham em agências governamentais, já que normalmente têm menos liberdade para divergir radicalmente das concepções oficiais), ficam justificados e legitimados programas públicos de combate à marginalidade que, no geral, agravam o estigma da pobreza. O exemplo mais óbvio está nos programas de erradicação das favelas no Rio de Janeiro que, sob a retórica da integração social e econômica, institucionalizam a segregação residencial ao concentrar amplos segmentos sociais em *áreas homogêneas*. Sob a mesma perspectiva, seria possível examinar criticamente as políticas de uso do solo urbano e suas consequências no que diz respeito à ecologia da pobreza e da criminalidade urbanas. Creio que também aqui encontraríamos instâncias da profecia que se auto-realiza.

Seja como for, dado que o enfoque deste artigo parece-me incompatível com recomendações de políticas (mas não, evidentemente, com propostas políticas), seus propósitos estarão alcançados se vier a estimular uma reflexão mais crítica e menos convencional sobre as questões aqui tratadas.

Summary

The subject of this article is the so-called *street violence*, i.e., the set of events responsible for the atmosphere of fear and unsafety which envelops the citizen in the large urban centers. Such events are normally associated with marginality, both in the minds of the greater part of urban population and in the analyses conducted to inform public policymakers.

The focus and scope of this article are restricted to challenging the causal relationship between urban marginality and criminality. Therefore, the author's main purpose is to stimulate a more critical and less conventional reflection on marginality and criminality.

The author says that what makes marginality an urban phenomenon is the number of marginals in the urban populations — they are a critical mass of considerable magnitude. Marginal population is the set of people which are unemployed, underemployed or in a poverty situation.

As for criminality, several studies and official statistics conducted in different countries have proven its urban character.

The author analyzes data related to the residential location of the poor and the distribution of juvenile and adult delinquents among residential areas, in an attempt to determine the distribution of criminality in urban Rio de Janeiro.

In trying to establish the ecology of crime, he associates such distributions to the degree of education, slum population, water and sewer services, and poverty (those whose income is inferior to the minimum wage).

The author directs our attention to the ecological fallacy, in which the characteristics of a population as a whole is used as a basis to infer the characteristics of its individuals. However, based on data from Rio de Janeiro's penitentiary inmate population, he shows that most criminals have been marginals.

A growing number of researchers are concluding that the highly contaminated official statistics must not be used as a basis for testing hypotheses associating criminality to any other factor, especially socio-economic status.

Studies show that what really happens — and this is reflected by official statistics — is that lower-class people do not have the institutional "immunities" enjoyed by middle and higher classes; therefore, they are more likely to be detected, arrested, prosecuted and convicted.

The process of criminalization of marginality results from the social classification of individuals into several socio-economic categories and the consequent attribution of status to these individuals or categories.

This is a process of categorization of people founded on some of their characteristics, which produces a specific social response (positive or negative).

The marginalization of criminality consists of attributing a high theoretical probability to the fact that certain classes of behavior may be associated with the "marginal type".

According to the author, however, the general idea of associating marginality to criminality is much more a political reaction or response to marginality than a social preoccupation with the causes of criminality.

When such an association is made under the varnish of technicians' and experts' erudition, it justifies and legitimates public programs against marginality, that generally aggravate the stigma of poverty.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro — IDORT-RJ — com seus congêneres de outros Estados, propõe-se a realizar e proporcionar a seus associados e demais interessados:

Intercâmbio internacional	Revista
Forum de estudos	Biblioteca
Treinamento	Prêmio de organização e administração
Assistência técnica	Congressos

Sede: Rua Prof. Alfredo Gomes, 22 — Rio de Janeiro

Nós, da Fundação Getúlio Vargas, estamos trabalhando para o Correio.

Para O Correio da Unesco

Entregamos cultura.

Cultura sem preconceitos, em artigos escolhidos que tratam de temas que interessam a todos: educação, ciência, arte, comunicação. Que apresentam um diagnóstico dos grandes problemas do mundo atual — poluição, drogas, espionagem eletrônica, por exemplo — e suas possíveis soluções.

Tudo isso bem pesquisado pelos melhores técnicos de informação e bem escrito pelos maiores especialistas.

Quem lê **O Correio da Unesco** está sempre na frente, pois muita coisa que é novidade agora para a maioria, o leitor de **O Correio da Unesco** já está sabendo há muito tempo.

Editado em português pela Fundação Getúlio Vargas.

Nas principais livrarias. Pedidos para a
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 188. Rio de Janeiro